

EDITAL DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - INORTE

**COTAS DE PATROCÍNIO / APOIO INSTITUCIONAL COM USO DE CAMAROTE
CARNAVAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA – EXERCÍCIO 2026**

O **INSTITUTO DE GESTÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO – INORTE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 07.871.719/0001-47, com sede na Rua Pedro Souza Silva, nº 141 - Bairro Jardim Marco, Macapá/AP – CEP: 68.903-315, na qualidade de Organização da Sociedade Civil executora do **Projeto Carnaval do Município de Santana**, em decorrência de seleção em Chamamento Público promovido pelo Município de Santana, e com fundamento no **Termo de Colaboração nº 001/2026-SANCULT/PMS**, torna público o presente **EDITAL DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO**, para fins de captação de **COTAS DE PATROCÍNIO / APOIO INSTITUCIONAL COM AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE USO DE CAMAROTE**, nos termos e condições a seguir estabelecidos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado interessadas em aportar recursos financeiros**, na condição de **Patrocinadoras/Apoiadoras Institucionais**, para a execução do Projeto Carnaval do Município de Santana, mediante:

I – pagamento de **cota de patrocínio/apoio institucional**;

II – **autorização temporária, precária e intransferível de uso de espaço delimitado (camarote)** durante a realização do evento.

1.2. Os recursos financeiros aportados serão **integralmente vinculados à execução do objeto do Termo de Colaboração**, constituindo **receita acessória do projeto**, nos termos do art. 84-B da Lei nº 13.019/2014.

2. DA NATUREZA JURÍDICA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O presente credenciamento **não configura licitação**, nem contratação pública, tampouco concessão ou permissão de uso de bem público.

2.2. Trata-se de **instrumento de captação de recursos privados**, por meio de apoio institucional/patrocínio cultural, com contrapartida restrita à autorização de uso temporário de espaço durante o evento.

2.3. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, podendo o Instituto INORTE, por motivo de interesse público ou necessidade operacional, **revogar ou suspender o presente Edital**, mediante decisão fundamentada.

3. DAS COTAS DE PATROCÍNIO / APOIO INSTITUCIONAL

3.1. As cotas de patrocínio serão ofertadas conforme tabela abaixo:

COTA	DESCRIÇÃO	UND	QNT	DIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR (R\$)
01	Camarote localizado no Corredor da Folia, medindo 10x50M	M	1	4	R\$ 12.500,00	R\$ 50.000,00
02	Camarote localizado no Corredor da Folia, medindo 10x40M	M	1	4	R\$ 10.000,00	R\$ 40.000,00
03	Camarote localizado no Corredor da Folia, medindo 10x10M	M	1	4	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00

3.2. Os valores das cotas são **fixos, irrevogáveis e previamente definidos**, não sendo admitida negociação individualizada.

3.3. O pagamento da cota constitui **condição essencial para a formalização do contrato**.

3.4. **Quaisquer informações adicionais, esclarecimentos ou orientações complementares** acerca das cotas de patrocínio/apoio institucional, do procedimento de credenciamento ou da documentação exigida poderão ser obtidas diretamente junto ao Instituto Inorte.

4. DO USO DO CAMAROTE

4.1. Da natureza da autorização de uso

4.1.1. A utilização do camarote objeto deste Edital dar-se-á mediante **AUTORIZAÇÃO**

TEMPORÁRIA, PRECÁRIA E INTRANSFERÍVEL DE USO, concedida pelo INSTITUTO INORTE à patrocinadora credenciada, **exclusivamente durante o período oficial de realização do Carnaval do Município de Santana**, conforme programação previamente definida.

4.1.2. A autorização de uso do camarote **não possui natureza de concessão, permissão, locação ou cessão de bem público**, não gerando direito real, expectativa de permanência, exclusividade futura ou qualquer prerrogativa fora dos limites deste Edital e do contrato a ser celebrado.

4.2. Da finalidade e limites de uso

4.2.1. O camarote deverá ser utilizado **exclusivamente para fins compatíveis com a natureza cultural, recreativa e institucional do evento**, sendo vedada qualquer utilização diversa da finalidade prevista neste Edital.

4.2.2. O uso do camarote deverá observar, obrigatoriamente:

- I – os dias e horários oficiais do evento;
- II – as normas de segurança, ordem pública e posturas municipais;
- III – as orientações operacionais e organizacionais estabelecidas pelo Instituto INORTE e pela organização geral do evento.

4.3. Das responsabilidades da patrocinadora

4.3.1. A patrocinadora será integralmente responsável pela organização, operação e utilização interna do camarote, inclusive quanto a:

- I – controle de acesso, permanência e circulação de pessoas no interior do camarote, observadas as normas de segurança e capacidade máxima do espaço;
- II – contratação, gestão e remuneração de pessoal de apoio, operacional e de serviços, se houver, assumindo integral responsabilidade trabalhista, previdenciária e fiscal;
- III - **custeio integral da estrutura física do camarote**, compreendendo, entre outros, materiais, montagem, desmontagem, instalações, mobiliário, ambientação, equipamentos e demais itens necessários ao seu funcionamento, ficando expressamente consignado que **o PATROCINADO disponibiliza exclusivamente o espaço físico delimitado**, não

arcando com quaisquer despesas estruturais;

IV – fornecimento, organização e execução dos serviços internos, tais como alimentação, bebidas, decoração, limpeza interna e demais serviços correlatos, observadas as normas sanitárias e regulatórias aplicáveis;

V – obtenção prévia e manutenção de **todas as licenças, autorizações e alvarás necessários** ao funcionamento do camarote, inclusive aqueles exigidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais competentes;

VI – **contratação de empresa de segurança privada devidamente legalizada**, registrada e autorizada pelos órgãos competentes, quando exigível, bem como a observância integral das normas de segurança privada e de proteção ao público;

VII – fornecimento, uso e fiscalização de **Equipamentos de Proteção Individual – EPIs** adequados aos trabalhadores e prestadores de serviço atuantes no camarote, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais disposições legais pertinentes;

VIII – cumprimento integral da legislação sanitária, trabalhista, previdenciária, consumerista, ambiental e de segurança aplicável, responsabilizando-se por quaisquer infrações, autuações, penalidades ou danos decorrentes de sua atuação.

4.3.2. O Instituto INORTE **não exercerá ingerência na administração interna do camarote**, limitando-se à fiscalização quanto ao cumprimento das disposições deste Edital, do contrato a ser celebrado e da finalidade do evento, **sem assunção de qualquer responsabilidade operacional, trabalhista, civil ou administrativa** relativa às atividades desenvolvidas pela patrocinadora.

4.4. Das vedações específicas

4.4.1. É expressamente vedado à patrocinadora:

I – ceder, subceder, locar, sublicenciar ou transferir, total ou parcialmente, o uso do camarote a terceiros;

II – utilizar o camarote para fins político-partidários, eleitorais ou de promoção pessoal de agentes públicos;

- III – realizar atividades ilícitas ou incompatíveis com a natureza do evento;
- IV – explorar o camarote de forma que comprometa a segurança, a ordem pública ou a imagem institucional do evento e do Instituto INORTE.

4.5. Da fiscalização institucional

4.5.1. O Instituto INORTE poderá, a qualquer tempo durante o evento, **fiscalizar o uso do camarote**, com a finalidade exclusiva de verificar:

- I – o cumprimento das disposições deste Edital;
- II – a observância da finalidade pactuada;
- III – a preservação da ordem, segurança e integridade do evento.

4.5.2. A fiscalização institucional **não caracteriza ingerência administrativa**, mas exercício regular do dever de controle inerente à execução do Termo de Colaboração.

4.6. Das sanções pelo uso irregular

4.6.1. O descumprimento das regras de uso do camarote poderá ensejar, a critério do Instituto INORTE, conforme a gravidade da infração:

- I – advertência formal;
- II – suspensão imediata do uso do camarote;
- III – rescisão do contrato de patrocínio/apoio institucional.

4.6.2. Em caso de rescisão motivada por infração da patrocinadora, **não haverá devolução dos valores pagos**, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades civis ou administrativas.

5. DAS CONTRAPARTIDAS INSTITUCIONAIS

5.1. Da natureza das contrapartidas

5.1.1. As contrapartidas institucionais concedidas às patrocinadoras credenciadas possuem **natureza institucional e promocional**, vinculadas ao apoio financeiro ao **Projeto Carnaval do Município de Santana**, executado pelo Município de Santana, por intermédio do **Instituto Inorte, com recursos provenientes do Município de Santana e do Governo do Estado do Amapá**, não caracterizando contraprestação comercial direta,

concessão de vantagem econômica ou exploração publicitária privada do evento.

5.1.2. As contrapartidas não implicam, em nenhuma hipótese:

- I – Vínculo institucional, jurídico ou contratual entre a patrocinadora e o Município de Santana ou o Governo do Estado do Amapá;
- II – chancela, endosso ou promoção oficial de marcas privadas pelos entes públicos;
- III – publicidade oficial governamental fora dos limites legais e institucionais aplicáveis

5.2. Das contrapartidas previstas

5.2.1. As patrocinadoras credenciadas farão jus, **exclusivamente**, à seguinte contrapartida institucional:

- I – **autorização temporária, precária e intransferível de uso de camarote**, nos termos deste Edital e do contrato a ser celebrado.

5.2.2. **Não constitui contrapartida** do patrocínio qualquer forma de:

- I – menção, divulgação, promoção ou exposição de marca da patrocinadora em materiais institucionais, promocionais ou publicitários do evento;
- II – publicidade institucional ou comercial em nome da patrocinadora;
- III – exclusividade de segmento, preferência ou vantagem competitiva.

5.2.3. Todos os materiais institucionais, promocionais e de divulgação do evento conterão, **com destaque institucional**, exclusivamente as menções ao:

- I – **Município de Santana**, na qualidade de executor do evento;
- II – **Governo do Estado do Amapá**, na qualidade de ente financiador.

5.2.4. A autorização de uso do camarote **não gera qualquer direito de exploração publicitária externa**, nem vinculação institucional da patrocinadora com os entes públicos envolvidos.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA CONTA BANCÁRIA

6.1. Da conta bancária específica

6.1.1. O valor correspondente à cota de patrocínio/apoio institucional deverá ser depositado **exclusivamente em conta bancária específica**, aberta e mantida pelo Instituto INORTE **para o recebimento das cotas vinculadas ao Projeto Carnaval do**

Município de Santana, distinta da conta destinada ao recebimento dos recursos públicos do Termo de Colaboração.

6.1.2. A referida conta bancária terá **finalidade exclusiva** de receber os valores aportados pelas patrocinadoras credenciadas, sendo vedada sua utilização para quaisquer outros projetos ou finalidades institucionais.

6.1.3. Os dados bancários da conta específica serão informados formalmente pelo Instituto INORTE às patrocinadoras após a homologação do credenciamento e previamente à assinatura do contrato.

7. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão se credenciar pessoas jurídicas que apresentem os documentos abaixo, e preenchem o formulário no Site do Instituto Inorte:

I – Cópia do CNPJ;

II – Contrato social ou ato constitutivo;

III – documento de identificação do representante legal;

IV – Declaração de ciência e concordância com as regras deste Edital;

V – Comprovante de pagamento da cota, quando exigido.

8. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento será realizado por ordem de protocolo das manifestações de interesse, condicionado à apresentação integral da documentação exigida e à disponibilidade das cotas de patrocínio/apoio institucional previstas neste Edital.

8.2. O prazo para apresentação dos pedidos de credenciamento será do dia **03 de fevereiro de 2026** ao dia **06 de fevereiro de 2026, até às 12h (horário local)**, não sendo admitidas manifestações intempestivas, devendo as inscrições ser realizadas **exclusivamente por meio do sítio eletrônico: <https://institutoinorte.com/site/>**

8.3. A análise da documentação será realizada pelo Instituto INORTE, que verificará o atendimento aos requisitos deste Edital e publicará a relação das patrocinadoras

credenciadas, observada a ordem de protocolo e o limite das cotas disponíveis.

8.4. O **resultado do credenciamento**, com a relação das patrocinadoras habilitadas, **será publicado no dia 06 de fevereiro de 2026**, no site oficial do Instituto Inorte <https://institutoinorte.com/site/>, observada a ordem de protocolo e o limite das cotas disponíveis.

9. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O credenciamento aprovado dará ensejo à celebração de **CONTRATO DE PATROCÍNIO / APOIO INSTITUCIONAL COM AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE USO DE CAMAROTE**.

9.2. A assinatura do contrato é condição indispensável para o uso do espaço

10. DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES

10.1. O Instituto INORTE poderá fiscalizar o uso do camarote, exclusivamente para verificar:

- I – cumprimento das regras do evento;
- II – observância da finalidade pactuada;
- III – preservação da ordem e do patrimônio.

10.2. O descumprimento das regras poderá ensejar **rescisão imediata**, sem devolução dos valores pagos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. Vedações aplicáveis às patrocinadoras

11.1.1. É expressamente vedado às patrocinadoras credenciadas, bem como a seus representantes, prepostos, contratados ou terceiros por elas vinculados:

- I – utilizar o camarote ou qualquer espaço a ele vinculado para fins ilícitos, imorais ou incompatíveis com a natureza cultural, recreativa e institucional do evento;
- II – empregar o camarote para fins político-partidários, eleitorais, de promoção pessoal de agentes públicos, autoridades ou candidatos, em qualquer esfera;
- III – realizar, direta ou indiretamente, ações de publicidade, propaganda ou promoção de

marca, produto ou serviço da patrocinadora, ressalvada a identificação interna estritamente necessária ao controle de acesso;

IV – ceder, subceder, locar, sublicenciar, comercializar ou transferir, total ou parcialmente, o uso do camarote ou de qualquer direito dele decorrente a terceiros;

V – explorar o camarote de forma que comprometa a segurança, a ordem pública, a integridade física dos participantes ou a imagem institucional do evento, do Município de Santana, do Governo do Estado do Amapá ou do Instituto INORTE;

VI – descumprir normas legais, regulamentares ou administrativas aplicáveis, inclusive as de natureza sanitária, ambiental, trabalhista, previdenciária, consumerista e de segurança.

11.2. Vedações relativas à gestão dos recursos financeiros

11.2.1. É vedado às patrocinadoras:

I – efetuar o pagamento da cota de patrocínio/apoio institucional fora da conta bancária específica indicada pelo Instituto INORTE;

II – propor ou realizar compensação financeira informal, permuta, abatimento, doação de bens ou serviços em substituição ao pagamento financeiro pactuado;

III – exigir, direta ou indiretamente, restituição, reembolso ou devolução dos valores pagos, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

11.3. Vedações quanto à responsabilidade institucional

11.3.1. É vedado às patrocinadoras:

I – atribuir ao Município de Santana, ao Governo do Estado do Amapá ou ao Instituto INORTE responsabilidade por obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, civis ou administrativas decorrentes da utilização do camarote;

II – utilizar nomes, símbolos, brasões, logotipos ou identidade visual dos entes públicos fora dos padrões oficiais e das autorizações expressamente concedidas;

III – divulgar, por qualquer meio, que a autorização de uso do camarote constitui concessão, permissão ou cessão de bem público.

11.4. Consequências do descumprimento

11.4.1. O descumprimento de quaisquer das vedações previstas neste Edital poderá

ensajar, a critério do Instituto INORTE e conforme a gravidade da infração:

- I – advertência formal;
- II – suspensão imediata do uso do camarote;
- III – rescisão do contrato de patrocínio/apoio institucional, sem direito à devolução dos valores pagos;
- IV – comunicação aos órgãos competentes, quando cabível.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Do caráter do credenciamento

12.1.1. O presente Edital de Credenciamento Simplificado **não gera direito subjetivo à contratação**, à autorização de uso de camarote ou à celebração de contrato, constituindo mera expectativa de direito, condicionada à disponibilidade de cotas, ao interesse institucional e ao atendimento integral das condições aqui estabelecidas.

12.1.2. O credenciamento poderá ser **revogado, suspenso ou anulado**, total ou parcialmente, a qualquer tempo, por motivo de interesse público, necessidade operacional, determinação de órgão de controle ou superveniência de fato relevante devidamente justificado, **sem que disso decorra direito à indenização**.

12.2. Da inexistência de vínculo com o Poder Público

12.2.1. A participação no presente credenciamento **não estabelece vínculo jurídico, institucional, trabalhista ou contratual** entre as patrocinadoras e o Município de Santana ou o Governo do Estado do Amapá, sendo a relação jurídica restrita à patrocinadora e ao Instituto INORTE, nos limites deste Edital e do contrato a ser celebrado

12.3. Da interpretação e integração normativa

12.3.1. Este Edital deverá ser interpretado em conformidade com:

- I – o Termo de Colaboração firmado com o Município de Santana;
- II – o respectivo Plano de Trabalho aprovado;
- III – a Lei nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis;
- IV – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e

finalidade pública.

12.3.2. Na hipótese de divergência entre as disposições deste Edital e o contrato a ser celebrado, **prevalecerão as disposições contratuais**, desde que compatíveis com o Termo de Colaboração e a legislação vigente.

12.4. Dos casos omissos

12.4.1. Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão resolvidos pelo Instituto INORTE, mediante decisão fundamentada, observada a legislação aplicável, o Termo de Colaboração e o interesse público subjacente à execução do projeto.

12.5. Da transparência e fiscalização

12.5.1. O presente Edital, os contratos dele decorrentes e os demonstrativos financeiros relativos às cotas de patrocínio/apoio institucional **integram a documentação da execução do projeto**, ficando sujeitos à fiscalização dos órgãos de controle competentes.

12.6. Da vigência do Edital

12.6.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo válido enquanto houver cotas disponíveis ou até ulterior deliberação do Instituto INORTE.

Macapá/AP, 03 de fevereiro de 2026.

IRANDIR BALIEIRO FERREIRA

Presidente do Instituto de Gestão em
Desenvolvimento Social e Urbano – INORTE
CNPJ nº 07.871.719/0001-47

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA EDITAL DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - INORTE

Cotas de Patrocínio / Apoio Institucional com Autorização Temporária de Uso de Camarote

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, **neste ato representada por seu representante legal ******, portador(a) do CPF nº _____ e do RG nº _____,

DECLARA, para os devidos fins, que:

1. **Tomou pleno conhecimento** do teor integral do **Edital de Credenciamento Simplificado nº 001/2026-SANCULT/PMS**, promovido pelo **Instituto de Gestão em Desenvolvimento Social e Urbano – INORTE**, bem como de seus anexos, regras, condições, exigências e disposições nele contidas;
2. **Compreende integralmente** a natureza jurídica do credenciamento, reconhecendo que se trata de **apoio financeiro institucional**, com autorização temporária, precária e intransferível de uso de camarote, **não configurando concessão, permissão, cessão, locação de bem público ou qualquer forma de exploração econômica delegada**;
3. **Concorda expressamente**, de forma irretratável e irrevogável, com todas as regras, condições, obrigações, vedações e responsabilidades previstas no Edital de Credenciamento, comprometendo-se a cumpri-las integralmente em caso de credenciamento e posterior contratação;
4. Tem ciência de que a **única contrapartida** decorrente do apoio institucional é a autorização de uso do camarote, **não havendo qualquer direito à divulgação, promoção ou exposição de marca**, nem associação institucional com o Município de Santana, o Governo do Estado do Amapá ou o Instituto INORTE;
5. Reconhece que o credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação**, constituindo mera expectativa de direito, condicionada ao atendimento dos requisitos do Edital, à disponibilidade de cotas e ao interesse institucional;
6. Declara estar ciente de que os valores eventualmente aportados deverão ser **depositados exclusivamente na conta bancária específica indicada**, integrando a prestação de contas do projeto, como receita acessória vinculada à execução do objeto;
7. Assume inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis, especialmente aquelas de natureza

sanitária, trabalhista, previdenciária, consumerista, ambiental e de segurança, inclusive quanto à montagem, operação e desmontagem da estrutura do camarote, quando for o caso.

Por ser expressão da verdade e para que produza seus efeitos legais, firma a presente declaração.

Data e Assinatura

ANEXO II

CONTRATO DE PATROCÍNIO / APOIO INSTITUCIONAL COM AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE USO DE CAMAROTE

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

Instituto de Gestão em Desenvolvimento Social e Urbano – INORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº **07.871.719/0001-47**, com sede na **Rua Pedro Souza Silva, nº 141, Bairro Jardim Marco, Macapá/AP, CEP: 68.903-315**, doravante denominado **PATROCINADO**, neste ato representado por seu representante legal, na forma de seu Estatuto Social,

e, de outro lado,

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada **PATROCINADORA**,

têm entre si justo e acordado o presente **CONTRATO DE PATROCÍNIO / APOIO INSTITUCIONAL COM AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE USO DE CAMAROTE**, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o **apoio financeiro institucional** ao **Projeto Carnaval do Município de Santana**, mediante o pagamento, pela PATROCINADORA, de **cota de patrocínio/apoio institucional**, com a consequente **autorização temporária, precária e intransferível de uso de camarote**, durante a realização oficial do evento.

1.2. O Projeto é executado pelo Município de Santana, por intermédio do PATROCINADO, com recursos públicos do Município de Santana e do Governo do Estado do Amapá, no âmbito do **Termo de Colaboração nº 001/2026-SANCULT/PMS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA JURÍDICA

2.1. O presente contrato possui natureza jurídica de **patrocínio/apoio institucional**, firmado no âmbito da execução do **Projeto Carnaval do Município de Santana**, não se caracterizando, em nenhuma hipótese, como contrato de concessão, permissão, cessão, locação ou qualquer outra forma de transferência de domínio ou de exploração econômica

de bem público.

2.2. A autorização temporária de uso de camarote concedida à PATROCINADORA constitui **ato administrativo de natureza precária**, acessório ao apoio financeiro institucional, limitado ao período e às condições estabelecidas neste contrato, **não gerando direito real, expectativa de permanência, exclusividade futura ou qualquer prerrogativa além daquelas expressamente pactuadas**.

2.3. O valor aportado pela PATROCINADORA caracteriza-se como **receita acessória vinculada à execução do objeto do Termo de Colaboração**, nos termos do art. 84-B da Lei nº 13.019/2014, devendo ser integralmente aplicado no custeio das ações previstas no respectivo Plano de Trabalho.

2.4. O presente contrato **não implica vínculo institucional, jurídico, trabalhista ou contratual** entre a PATROCINADORA e o Município de Santana ou o Governo do Estado do Amapá, restringindo-se seus efeitos às partes signatárias, nos limites aqui estabelecidos.

2.5. A celebração deste contrato **não confere à PATROCINADORA qualquer direito de exploração publicitária**, de promoção comercial, de exclusividade de segmento ou de associação institucional com os entes públicos envolvidos, ressalvada, exclusivamente, a autorização de uso do camarote nos termos pactuados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A PATROCINADORA pagará ao PATROCINADO o valor de **R\$ _____ (_____)**, correspondente à cota de patrocínio/apoio institucional.

3.2. O pagamento deverá ser efetuado **exclusivamente por meio de transferência bancária** para a **conta bancária específica destinada ao recebimento das cotas**, conforme dados a serem informados pelo PATROCINADO.

3.3. É expressamente vedado o pagamento em conta diversa, bem como qualquer forma de compensação informal, permuta ou dação em pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE USO DO CAMAROTE

4.1. O PATROCINADO autoriza à PATROCINADORA, como **contrapartida exclusiva** ao apoio financeiro institucional previsto neste contrato, o **uso temporário, precário, pessoal e intransferível de 01 (um) camarote**, com área aproximada de ___ m², localizado em _____, **exclusivamente durante os dias e horários oficiais de realização do Projeto Carnaval do Município de Santana**, conforme programação definida pela organização do evento.

4.2. A autorização de uso concedida nos termos desta cláusula:

I – possui caráter **estritamente temporário e precário**;

II – **não gera direito real**, expectativa de permanência, exclusividade futura ou qualquer prerrogativa além daquelas expressamente previstas neste contrato;

III – **não se caracteriza como concessão, permissão, cessão ou locação** de bem público ou privado;

IV – é vinculada exclusivamente à execução do evento, extinguindo-se automaticamente ao término da programação oficial.

4.3. O uso do camarote deverá observar, obrigatoriamente:

I – as normas de segurança, ordem pública e posturas administrativas aplicáveis;

II – a capacidade máxima do espaço e as orientações técnicas da organização do evento;

III – as disposições deste contrato, do edital de credenciamento e das normas gerais do evento.

4.4. É **expressamente vedado** à PATROCINADORA:

I – ceder, subceder, locar, sublicenciar, comercializar ou transferir, total ou parcialmente, o uso do camarote ou quaisquer direitos dele decorrentes;

II – utilizar o camarote para finalidade diversa da prevista neste contrato;

III – utilizar o camarote de forma que comprometa a segurança, a ordem pública ou a imagem institucional do evento, do Município de Santana, do Governo do Estado do Amapá ou do PATROCINADO.

4.5. O PATROCINADO **não exercerá ingerência na administração interna do camarote**, limitando-se à fiscalização quanto ao cumprimento das disposições deste contrato, do edital e da finalidade do evento, **sem assunção de responsabilidade operacional, trabalhista, civil ou administrativa**.

4.6. O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar a **suspensão imediata da autorização de uso** ou a **rescisão do contrato**, a critério do PATROCINADO, sem direito à restituição dos valores pagos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA PATROCINADORA

5.1. A PATROCINADORA será **integral e exclusivamente responsável** pela organização, operação, utilização e gestão interna do camarote autorizado, assumindo todos os ônus, riscos e encargos decorrentes de sua utilização, inclusive quanto a:

I – controle de acesso, permanência e circulação de pessoas no interior do camarote, observada a capacidade máxima permitida e as normas de segurança aplicáveis;

II – contratação, gestão, remuneração e desligamento de todo o pessoal envolvido direta ou indiretamente na operação do camarote, se houver, assumindo **responsabilidade exclusiva** pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e correlatas;

III – **custeio integral da estrutura física do camarote**, compreendendo, entre outros, materiais, montagem, desmontagem, instalações, mobiliário, ambientação, equipamentos e demais itens necessários ao seu funcionamento, ficando expressamente consignado que **o PATROCINADO disponibiliza exclusivamente o espaço físico delimitado**, não arcando com quaisquer despesas estruturais;

IV – elaboração, execução e montagem da estrutura do camarote **em estrita conformidade com o croqui oficial do evento**, o qual deverá ser **previamente submetido à análise e aprovado pela Fundação de Cultura do Município**, bem como atender às orientações técnicas da organização geral do evento;

V – obtenção prévia, manutenção e regularidade de **todas as licenças, autorizações,**

alvarás e permissões necessárias ao funcionamento da estrutura do camarote, inclusive aquelas exigidas por órgãos municipais, estaduais ou federais competentes;

VI – contratação, quando exigível, de **empresa de segurança privada legalmente constituída e devidamente autorizada**, bem como a observância integral da legislação e das normas aplicáveis à atividade de segurança privada;

VII – fornecimento, exigência de uso e fiscalização de **Equipamentos de Proteção Individual – EPIs** adequados aos trabalhadores, prestadores de serviço e colaboradores que atuarem na montagem, desmontagem e operação do camarote, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais disposições legais pertinentes;

VIII – cumprimento integral da legislação sanitária, ambiental, trabalhista, previdenciária, consumerista, de segurança do trabalho e de proteção ao público, responsabilizando-se por quaisquer infrações, autuações, penalidades, multas ou danos decorrentes de sua atuação.

5.2. A PATROCINADORA responderá **exclusivamente** por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais causados a terceiros, ao público, a empregados, a prestadores de serviço ou a bens públicos ou privados, decorrentes direta ou indiretamente da montagem, utilização ou desmontagem do camarote, **isentando o PATROCINADO, o Município de Santana e o Governo do Estado do Amapá de qualquer responsabilidade**.

5.3. O PATROCINADO **não exercerá ingerência na administração interna, na montagem ou na operação estrutural do camarote**, limitando-se à fiscalização quanto ao cumprimento das disposições deste contrato, do edital de credenciamento, do croqui oficial aprovado e da finalidade institucional do evento, **não assumindo, em nenhuma hipótese, responsabilidade operacional, estrutural, trabalhista, civil, administrativa ou financeira**.

5.4. A PATROCINADORA obriga-se a **indenizar e ressarcir integralmente** o PATROCINADO por quaisquer prejuízos, despesas, condenações, multas ou sanções que

este venha a sofrer em razão de atos, omissões ou irregularidades praticadas pela PATROCINADORA ou por terceiros a ela vinculados, inclusive relacionadas à estrutura do camarote.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONTRAPARTIDAS

6.1. Constitui **única contrapartida** deste contrato a autorização temporária de uso do camarote, nos termos aqui estabelecidos.

6.2. **Não haverá qualquer menção, divulgação ou promoção da marca da PATROCINADORA** nos materiais institucionais ou promocionais do evento.

6.3. Os materiais de divulgação do evento conterão **exclusivamente** menção institucional ao Município de Santana e ao Governo do Estado do Amapá.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

7.1. É expressamente vedado à PATROCINADORA, bem como a seus sócios, representantes, prepostos, empregados, contratados ou terceiros a ela vinculados:

I – utilizar o camarote ou qualquer espaço a ele vinculado para fins ilícitos, imorais, ilegais ou incompatíveis com a natureza cultural, recreativa e institucional do evento;

II – empregar o camarote, direta ou indiretamente, para fins político-partidários, eleitorais, de promoção pessoal de agentes públicos, autoridades ou candidatos, em qualquer esfera;

III – realizar, direta ou indiretamente, ações de publicidade, propaganda, promoção comercial ou exposição de marca, produto ou serviço, ressalvada a identificação interna mínima necessária ao controle de acesso;

IV – ceder, subceder, locar, sublicenciar, comercializar ou transferir, total ou parcialmente, o uso do camarote ou quaisquer direitos dele decorrentes a terceiros;

V – explorar o camarote de forma que comprometa a segurança, a ordem pública, a integridade física dos participantes ou a imagem institucional do evento, do Município de

Santana, do Governo do Estado do Amapá ou do PATROCINADO;

VI – descumprir normas legais, regulamentares ou administrativas aplicáveis, inclusive as de natureza sanitária, ambiental, trabalhista, previdenciária, consumerista e de segurança.

7.2. É vedado à PATROCINADORA:

I – efetuar o pagamento da cota de patrocínio/apoio institucional fora da conta bancária específica indicada pelo PATROCINADO;

II – propor ou realizar compensação financeira informal, permuta, abatimento, dação em pagamento ou qualquer outra forma que não implique ingresso financeiro direto, identificado e rastreável;

III – exigir, direta ou indiretamente, restituição, reembolso ou devolução dos valores pagos, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

7.3. É vedado à PATROCINADORA:

I – atribuir ao Município de Santana, ao Governo do Estado do Amapá ou ao PATROCINADO responsabilidade por obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, civis ou administrativas decorrentes da utilização do camarote;

II – utilizar nomes, símbolos, brasões, logotipos ou identidade visual dos entes públicos fora dos padrões oficiais e das autorizações expressamente concedidas;

III – divulgar, por qualquer meio, que a autorização de uso do camarote constitui concessão, permissão, cessão ou locação de bem público.

7.4. O descumprimento de quaisquer das vedações previstas nesta cláusula poderá ensejar, a critério do PATROCINADO e conforme a gravidade da infração:

I – advertência formal;

II – suspensão imediata da autorização de uso do camarote;

III – rescisão do contrato, sem direito à devolução dos valores pagos;

IV – adoção das medidas administrativas, civis ou judiciais cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes, quando necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O PATROCINADO poderá fiscalizar o uso do camarote para verificar o cumprimento deste contrato, **sem ingerência administrativa**.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O descumprimento contratual poderá ensejar a rescisão imediata, **sem devolução dos valores pagos**, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O PODER PÚBLICO

10.1. O presente contrato não gera vínculo jurídico, institucional ou contratual entre a PATROCINADORA e o Município de Santana ou o Governo do Estado do Amapá.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. Os valores recebidos integrarão a prestação de contas do Projeto, com demonstração contábil e documental específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Macapá/AP para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 vias de igual teor.

Macapá/AP, _____ de fevereiro de 2026.